

A preencher pelos
serviços

Entrada nº:
Registado em:
Requerimento nº:
Processo nº:
O funcionário:

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

CANDIDATO

Nome:
Domicílio:
Código Postal: Localidade:
Freguesia: Concelho:
NIF: BI/CC: Válido até:
Telefone: Telemóvel:
E-mail:

REPRESENTANTE

Nome:
Domicílio:
Código Postal: Localidade:
Freguesia: Concelho:
NIF: BI/CC: Válido até:
Telefone: Telemóvel:
E-mail:
Qualidade de: Representante Legal Encarregado de Educação Outro:

NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES

Mais solicita que todas as notificações/comunicações referentes à presente candidatura, sejam dirigidas para:

Candidato Representante Outro:

Domicílio:

Código Postal: Localidade:

Freguesia: Concelho:

Telefone: Telemóvel: Fax:

E-mail:

PEDIDO

Vem candidatar-se ao Concurso para Atribuição da Habitação Social de tipologia _____ do Bairro de Fundo do Fomento, em Mogadouro, em regime de arrendamento apoiado para habitação própria, efetiva e permanente do respetivo agregado familiar, o qual é constituído pelos seguintes elementos:

| Nome | Idade | Relação de parentesco c/ o candidato |
|-----------|-------|--------------------------------------|
| Candidato | | - |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

DOCUMENTOS A APRESENTAR/ENTREGAR

- Comprovativo de residência no Município de Mogadouro há, pelo menos, dois anos;
- Documentos referentes a todos os elementos do agregado familiar:
- Fotocópia do cartão de cidadão ou, em alternativa, do Bilhete de Identidade e do documento de identificação fiscal;
- Fotocópia da Cédula Pessoal ou Boletim de Nascimento, no caso de menores que não possuam outro documento de identificação;
- Fotocópia de título válido de permanência em território nacional ou documento equivalente;
- O candidato deve comprovar a sua situação socioprofissional, bem como dos restantes elementos do agregado familiar com mais de 18 anos que exerçam uma atividade laboral remunerada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- Os trabalhadores por conta de outrem devem apresentar um recibo de vencimento atualizado, última declaração de IRS e respetiva nota de liquidação;

- Os trabalhadores por conta própria devem apresentar fotocópia da declaração anual de rendimentos e respetiva nota de liquidação, bem como declaração dos descontos efetuados, emitida pelo Instituto de Segurança Social, adiante designado por ISS, I.P.;
- A prestação de serviços domésticos (empregadas domésticas), deve ser confirmada através de declaração do empregador e sempre que possível, de declaração do ISS, I.P., mencionando os descontos efetuados;
- Os reformados ou pensionistas devem apresentar declaração do organismo que atribui a referida pensão, com o valor da mesma;
- Os candidatos em situação de desemprego devem comprovar a respetiva situação mediante uma declaração atualizada, emitida pelo ISS, I.P., dos descontos efetuados, bem como do valor da prestação do subsídio de desemprego, caso a ele haja lugar, devendo a situação de desemprego ser ainda confirmada com o comprovativo de inscrição na entidade pública competente;
- Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção devem comprovar a situação mediante a apresentação de declaração do valor da respetiva prestação, emitida pelo ISS, I.P.;
- Nas situações em que se verifique a inexistência de qualquer fonte de rendimentos por parte do agregado deve ser apresentado um comprovativo da candidatura a um mecanismo de proteção social, designadamente, ao Rendimento Social de Inserção, ou em caso de situação de penalização relativa a essa medida, comprovativo de tal facto, emitido pelo ISS, I.P.;
- A situação de estudantes deve ser comprovada por declaração do estabelecimento escolar;
- O candidato e os restantes elementos do agregado familiar devem comprovar a sua condição nas seguintes situações:
- Os portadores de deficiência ou incapacidades devem comprovar a referida situação mediante uma declaração médica emitida pelos serviços competentes, comprovando o grau de incapacidade ou deficiência;
- Problemas de saúde crónicos devem ser comprovados mediante declaração médica emitida pelos serviços competentes;
- Os casos de divórcio ou separação devem ser comprovados mediante a apresentação da decisão judicial ou do acordo, relativos ao direito à casa de morada de família, assim como da regulação das obrigações parentais, caso existam filhos menores, e da partilha de bens;
- Nos casos de viuvez, deve ser apresentado o assento de óbito do cônjuge;
- Devem também ser apresentadas declarações emitidas pelo ISS, I.P. relativas a Subsídios de Doença, Apoio Social e/ou outras Prestações Familiares, com exceção do Abono de Família;
- Quanto aos bens patrimoniais, o candidato deverá apresentar certidão emitida há menos de três meses pela

- Autoridade Tributária e Aduaneira, com identificação dos bens imóveis em nome do requerente e dos demais elementos do agregado familiar, dos domicílios fiscais e das respetivas datas de inscrição;
- Cópia do contrato de arrendamento registado na Autoridade Tributária e Aduaneira com início no mínimo de 6 (seis) meses imediatamente anteriores ao da apresentação da candidatura;
- Recibo de renda do mês imediatamente anterior ao da candidatura, com a identificação de um dos elementos do agregado familiar;
- Outros que sejam exigidos no edital;
- Autorizo a cópia dos meus documentos.

OBSERVAÇÕES

CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- Pedido efetuado pelo requerente
- Autorizo a recolha e tratamento dos meus dados pessoais, tendo por finalidades:
 - Divulgação de atividades e Serviços Municipais;
 - A instrução de procedimentos administrativos pelo Município de Mogadouro.
- Pedido efetuado pelo Representante
- Autorizo a recolha e tratamento dos meus dados pessoais, e os dos dados pessoais do requerente acima identificado, que represento legalmente, tendo por finalidades:

Divulgação de atividades e Serviços Municipais;

A instrução de procedimentos administrativos pelo Município de Mogadouro.

Este termo de consentimento está em conformidade com o disposto nos artigos 7º e seguintes do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, constituindo uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados ou seu representante legal aceita, mediante declaração, que os dados pessoais, que lhe dizem respeito, sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

(Assinatura do Requerente/Representante)

Pede Deferimento,

Validei a conformidade da assinatura de acordo com o documento exibido.

Mogadouro, ___ / ___ / ____ .

O Requerente / O Representante,

(O Funcionário),